

## ATUAL CRISE CAPITALISTA: ABERTURA PARA INOVAÇÃO SOCIAL?

CENTENARO, Angela Ester Mallmann-UNEMAT; PERUFO, Katusce Faccin-UNISINOS;  
CAZALLAS, Thayane-UNISINOS

a.centenaro@hotmail.com; katuscep@gmail.com; thaycaz@hotmail.com

Doutora em Ciências Sociais; Doutora em Ciências Sociais; Mestre em Ciências Sociais

GT 06 - Inovações e tecnologias sociais na economia solidária

Conceitua-se, neste trabalho a inovação social como uma “operação que combina criação de valor social e mudança social” (Hulgard e Ferrarini, 2010), assim surge também como um importante fator de renovação da sociedade civil, além do Estado e das instituições. Pode-se declarar que esta criação social envolve a geração de valor econômico como forma de criar valor também para a sociedade, com o enfrentamento de suas necessidades e desafios. Porém, para os autores, a inovação está estritamente ligada ao processo em que as organizações da sociedade civil e os movimentos sociais tornam-se gradualmente mais conscientes dos seus espaços e influências como importantes agentes na elaboração, implementação e prestação do serviço de bem-estar público. Isso não quer dizer que as hierarquias se extinguem num primeiro momento. Nesta linha de raciocínio também existe, atualmente, a inovação, via virtual. Assim como os gastos com o marketing e promoção aumentaram consideravelmente nos últimos tempos, houve igualmente um declínio no retorno desses investimentos. Pode-se afirmar que houve uma colaboração da web 2.0, o mundo da colaboração em massa e das redes sociais, para que isso ocorresse. O domínio da financeirização da economia real possui consequências ainda graves em curto espaço de tempo, como pode ser observado no mercado de ações, quando um sistema econômico é territorializado, construído e avaliado em termos de décadas e gerações. Governos sob a liderança dos partidos de direita e até mesmo de esquerda contribuíram para esta manutenção financeira capacitando e autorizando a liberalização da mobilidade nacional e global. Além disso, líderes políticos estão assumindo que a financeirização da economia global é a melhor forma de impulsionar o crescimento (investimento produtivo) e, possivelmente, emprego. Assim, interesses da sociedade são substituídos pelos interesses dos especuladores. Financiamento coletivo descreve a cooperação coletiva, atenção e confiança através de pessoas conectadas em rede para juntar dinheiro, através da internet, para dar andamento aos esforços iniciados por outras pessoas ou organizações, desenvolvendo ações econômicas. O verdadeiro conceito social do financiamento coletivo é difícil de capturar em uma definição. O espaço do financiamento coletivo é diversificado, composto por muitos nichos, e compartilha grande quantidade de energia, gerada pelas redes sociais. Seja qual for o objetivo, existe alguma forma de financiamento coletivo disponível.

Há mais de um século e meio, as crises do capitalismo foram a oportunidade de novos ciclos de inovação social, especialmente na economia solidária e social. A crise do capitalismo, iniciada em 2007-2008 nos Estados Unidos e que se alastrou pela Europa e pelo mundo, é exemplo recente e a oportunidade para um novo ciclo, contribuindo não só

para uma transição para uma transformação profunda, mas também para delinear uma nova visão da economia e do desenvolvimento consistente com o desenvolvimento sustentável. Neste artigo, buscamos entender a relação entre crises capitalistas recentes e a inovação social, partindo da premissa de que existe tal relação.

A crise atual é um mundo que se desconstrói para que uma nova visão de economia e de desenvolvimento emirjam através de iniciativas da sociedade civil baseadas em inovações sociais em todo o mundo, através da anti-globalização e ações locais, numa série de iniciativas para a economia social e de promoção da solidariedade. Este potencial de transformação não pode ser atualizado sem um salto qualitativo sobre as realizações identificadas e sem uma ampla mobilização dos promotores dessas iniciativas. Portanto, visto desse ângulo, poder-se-ia ousar dizer que se inicia aqui uma humanização da economia.

Conceitua-se, neste trabalho a inovação social como uma “operação que combina criação de valor social e mudança social” (Hulgard e Ferrarini, 2010), assim surge também como um importante fator de renovação da sociedade civil, além do Estado e das instituições. Pode-se declarar que esta criação social envolve a geração de valor econômico como forma de criar valor também para a sociedade, com o enfrentamento de suas necessidades e desafios. Porém, para os autores, a inovação está estritamente ligada ao processo em que as organizações da sociedade civil e os movimentos sociais tornam-se gradualmente mais conscientes dos seus espaços e influências como importantes agentes na elaboração, implementação e prestação do serviço de bem-estar público. Isso não quer dizer que as hierarquias se extinguem num primeiro momento.

Nesta linha de raciocínio também existe, atualmente, a inovação, via virtual. Assim como os gastos com o marketing e promoção aumentaram consideravelmente nos últimos tempos, houve igualmente um declínio no retorno desses investimentos. Pode-se afirmar que houve uma colaboração da web 2.0, o mundo da colaboração em massa e das redes sociais, para que isso ocorresse.

Para obter êxito no mundo da web 2.0, é necessário mudar o conhecimento convencional e tornar-se um capitalista social. Um capitalista social é tão voraz por sucesso quanto titãs corporativos, mas a moeda de troca é diferente, como se apresenta posteriormente.

Entretanto as hierarquias não desapareceram e, parece que não desaparecerão num curto espaço de tempo, embora mudanças profundas na natureza da tecnologia, da demografia e da economia global estão fazendo emergir novos e poderosos modelos de produção (Tapscott e Williams, 2007), como o caso da web 2.0.

O domínio da financeirização da economia real possui conseqüências ainda graves em curto espaço de tempo, como pode ser observado no mercado de ações, quando um sistema econômico é territorializado, construído e avaliado em termos de décadas e gerações. Governos sob a liderança dos partidos de direita e até mesmo de esquerda contribuíram para esta manutenção financeira capacitando e autorizando a liberalização da mobilidade nacional e global. Além disso, líderes políticos estão assumindo que a financeirização da economia global é a melhor forma de impulsionar o crescimento (investimento produtivo) e, possivelmente, emprego. Assim, interesses da sociedade são substituídos pelos interesses dos especuladores.

A crise capitalista que emergiu em 2007-2008 mostrou-se também como uma crise econômica, política e social. Embora o capital financeiro esteja no centro da crise, seu controle não é suficiente em si mesmo para movimentar-se em direção ao desenvolvimento sustentável. Isto implica que as diversas crises, sejam aglutinadas para determinar a superação das técnicas de ajuste locais, estilos de vida, sistemas de valores e geopolíticas. A crise não pode ser definida em termos puramente econômicos ou financeiros "porque envolve a construção de um novo sistema de atores" (Touraine, 2010) e um contrato social que suporte os elementos básicos do outro desenvolvimento do modelo, baseados em comunidade, colaboração e auto-organização, e não em hierarquia e controle.

Evidencia-se que essa crise é constituída não apenas como uma regra de capital financeiro sobre a produção, mas também uma separação entre esses dois mundos. Assim, a lógica industrial predominante na produção foi substituída por uma lógica financeira puramente especulativa. As estruturas organizacionais, comunitárias, familiares, estão cada vez mais marginalizadas, desestruturadas e impotentes. A nova estrutura dessa desestruturação poderá surgir das ações coletivas colaborativas, principalmente com o advento da web 2.0, que já iniciou esse processo. Devido às profundas mudanças em tecnologia, demografia, negócios, na economia e no mundo, entrou-se em uma nova era, na qual as pessoas participam da economia como pouco se viu. Essa nova participação atingiu um ápice no qual novas formas de colaboração em massa estão mudando a maneira

de como bens e serviços são inventados, produzidos, comercializados e distribuídos globalmente.

Como resposta à crise da década de 1940-1950, convocou-se Putnam (2001) que demonstra em sua obra, como a participação das comunidades alcançou seu ápice no fim da grande expansão econômica dos anos 1950 e 60. Depois deste período, a comunidade, entrou num longo e irreversível declínio. O autor oferece uma série de causas para essa dissolução cívica coletiva, como a entrada das mulheres no mercado de trabalho, a substituição do armazém da esquina pelos *shoppings centers*, a expansão dos bairros, a desagregação e, o que para ele foi o grande vilão chamado televisão.

Talvez essa visão de Putnam seja um pouco pessimista ou deturpada, pois para Howe (2009) a comunidade nunca entrou em declínio, apenas assumiu novas formas. Muitos desses grupos que se isolaram civicamente, como há décadas, voltaram a se unir em outros espaços como na web 2.0, e essa multidão está causando uma revolução no mundo dos negócios e na economia em geral.

As pessoas estão em redes sociais para conectar-se e construir relacionamentos. Relacionamentos e conexões, com o tempo, levam à confiança, que é a chave para a formação de capital. O capital a que se faz referência, não é o capital monetário, mas o capital social. Um capitalista social é o que constrói e nutre uma comunidade, aumentando, portanto, seu capital social.

Uma vez que confiança faça parte das relações, o capital monetário começa a fluir a partir do capital social (HUNT, 2010). Na história, isso costumava acontecer de maneira inversa. Não restam dúvidas de que indivíduos muito ricos e grandes corporações ainda não tenham influência, mas está surgindo um mundo econômico no qual as regras para o sucesso são bastante diferentes. Se uma corporação tentar instalar-se nas redes sociais sem a devida autorização dos membros, imediatamente será recebida como spam e com reações negativas, o que faz diminuir o capital social. O tipo arquétipo dos sites de relacionamentos incentiva a conexão entre amigos e grupos. Assim funcionam como mecanismos para acumular um grande volume de capital social extrínseco, que consiste na confiança formada entre conhecidos, como visto acima. Apenas se está começando a entender o impacto do rápido crescimento que as comunidades online têm sobre a economia, cultura e sociedade. Estudos recentes mostram forte ligação entre sites de

relacionamentos e o capital social. Isso tem relevância especial para as plataformas de financiamento pela multidão (*crowdsourcing*), que requer a colaboração entre pessoas desconhecidas, dispersas no mundo todo, unidas por interesses comuns (HOWE, 2009).

Em todos os casos de crowdsourcing, é aproveitada a capacidade criativa excedente das pessoas. O financiamento coletivo, o crowdsourcing, em contrapartida, não depende da criatividade, da capacidade e nem da opinião das pessoas, mas aproveita o capital financeiro de que as pessoas dispõem. Porém as duas modalidades possuem características comuns como mudar a organização de um determinado setor, ligando diretamente o necessitado a seu colaborador.

Financiamento coletivo descreve a cooperação coletiva, atenção e confiança através de pessoas conectadas em rede para juntar dinheiro, através da internet, para dar andamento aos esforços iniciados por outras pessoas ou organizações, desenvolvendo ações econômicas. O verdadeiro conceito social do financiamento coletivo é difícil de capturar em uma definição. O espaço do financiamento coletivo é diversificado, composto por muitos nichos, e compartilha grande quantidade de energia, gerada pelas redes sociais. Seja qual for o objetivo, existe alguma forma de financiamento coletivo disponível.

Esse financiamento teve seu início baseado no setor de microcrédito através de seu principal representante, Kiva, primeiro site de microcrédito de pessoa a pessoa. Apesar do sucesso, enfrenta um problema raro: o excesso de doadores, o que resulta em frequentes avisos de verifique mais tarde nas páginas do site (HOWE, 2009).

A experiência com o microcrédito em 1976 através do professor de economia de Bangladesh, Muhammad Yunos. Ao emprestar pequenas quantias a pessoas extremamente pobres, mas confiáveis que de outro modo talvez não conseguisse levantar crédito, Yunos constatou que poderia alavanca a economia local. Sete anos depois, ele fundou o Grameen Bank com base no mesmo princípio. Essa ideia tornou-se uma das mais influentes da atualidade e, em 2006, Yunos e seu Grameen Bank dividiram o prêmio Nobel da Paz “por seus esforços para criar o desenvolvimento econômico e social das camadas mais desprovidas da população” (<http://www.muhammadyunos.org>).

A experiência do Kiva foi aplicada a internet para acessar o capital excedente com maior abrangência e encaminhá-lo para os necessitados. Assim como outras formas de financiar através da multidão capitalizam a capacidade excedente para fins produtivos

de organizações ou empresas, o financiamento mobiliza o bolso de grupos, permitindo que pessoas financiem projetos em que acreditam com pequenas doações (HOWE, 2009).

O princípio fundamental do financiamento coletivo é angariar fundos através da mobilização da multidão de internet, que pode voluntariamente contribuir para o desenvolvimento de uma ideia ou projeto.

Tendo em vista que

[...] precisamente, o ideal mobilizador da informática não é mais a inteligência artificial, mas sim a inteligência coletiva, a saber, a valorização, a utilização otimizada e a criação de sinergia entre as competências, as imaginações e as energias intelectuais, qualquer que seja sua diversidade qualitativa e onde quer que se situe (LEVY, 1999 pg. 167).

Ainda é difícil ter um conceito preciso sobre o financiamento coletivo. Ele também possui grande potencial de impacto econômico e social. Da mesma forma que as redes sociais mudaram a forma de alocar o tempo, o financiamento coletivo deve mudar a forma de alocar o capital (LEVY, 1999). Na história econômica, poucas vezes a alocação de recursos foi realizada e integrada pela sabedoria coletiva, como ocorre hoje com a multidão que acessa a internet; o que ocorria até então era o capital acumulado por uma minoria. Mas, com a explosão do crescimento da conectividade, o processo de pessoa a pessoa foi substituído por redes sociais. O volume de informações e ideias é o ponto forte desse novo modelo de financiamento, que tem um potencial e uma inteligência coletiva para processar a complexidade do tradicional modelo de financiamento.

Para as gerações mais recentes, praticamente não existe a possibilidade de pensar os dias sem as redes sociais. Da mesma forma, as gerações futuras provavelmente vão querer saber como funcionava o financiamento de risco e juros e vão crescer com o conhecimento sobre financiamento coletivo, utilizando-o para agrupar recursos capazes de gerar oportunidades e renda para as comunidades.

A colaboração é uma novidade da sociedade conectada em rede. O capitalismo tal como se conhece com sua lógica de acumulação e trabalho e seus principais alicerces – a economia, a burocracia e a cultura de massas – está em crise. A sociedade em rede é capaz de reunir indivíduos de forma distribuída e participativa, e não da maneira hierárquica característica do período imperial (UGARTE, 2008). A rede distribuída possui todos os caminhos possíveis, correspondendo ao número máximo de conexões para um dado número de nodos.

A crise do capitalismo atual está dando lugar a sociedade informacional, participativa e colaborativa, que remodela as bases materiais da sociedade. É uma verdadeira quebra de paradigma. É a opção pela descentralização do poder através da sociedade em rede. A internet está sendo um meio que oferece inúmeras formas de expressão à multidão oprimida, principalmente a partir da Revolução Industrial, com a produção em massa, tão criticada por Marx (CANETTI, 2005).

Portanto, a multidão está protagonizando uma revolução silenciosa que está provocando profundas mudanças na sociedade, principalmente na transformação das diferentes ações sociais através do capital social em importante modalidade de produção econômica.

A crise do capitalismo deste século é composta de três grandes divisões: entre economia e sociedade: que evoluem em escalas diferentes sem coordenação entre eles; entre economia e finanças, e entre atividades financeiras intermediárias e finanças especulativas, resultando em níveis muito elevados de desigualdade da distribuição da riqueza e do investimento em detrimento das atividades produtivas. A estas divisões deve-se adicionar que, como explicado por Touraine (2010), a crise atual não é apenas uma crise do capitalismo, mas também uma crise da sociedade capitalista, que poderia levar ao desaparecimento de atores sociais no centro da sociedade e da cultura, "vítimas da gestão econômica imposta pelos governantes capitalistas".

A sociedade capitalista não foi completamente dominada pelo capitalismo, inclusive economicamente. Para Polanyi, a "falácia economicista" consiste na identificação automática da economia com sua forma de mercado, existindo somente na economia moderna (Machado, 2012), formada pelo "sistema de mercados formadores de preços". Para Machado (2012), Polanyi, autor essencialmente substantivista, sugere que a economia deriva da dependência do homem relativamente à natureza e a seus componentes para assegurar a sobrevivência, ou seja, refere-se ao intercâmbio com o seu ambiente natural e social mediante o qual lhe são oferecidos os elementos naturais necessários para a satisfação das próprias necessidades. Exemplo de organizações não essencialmente capitalistas são as cooperativas e associações que produzem parte de bens e serviços, mesmo estando inseridos no sistema capitalista, porém, não são orientados unicamente pela sua forma de mercado. Também os baseados na solidariedade através do voluntariado e doações, são exemplos clássicos.

Finalmente, o setor capitalista confiou em contribuições do Estado, comunidades, associações e outras instituições mais amplas de assistência (de recursos não-mercantis e não-monetários). Portanto, a seguir a reflexão se debruçará sobre "um outro mundo é possível" ou pelo menos pensável.

### **Reconstruindo um mundo novo**

A crise do capitalismo atual provavelmente revela a cultura produtivista e de crescimento como o principal objetivo social. Ela não mostra espontaneamente caminhos alternativos, aponta para uma redução de recursos coletivos, enfraquecendo os atores sociais e o próprio Estado, e tem esgotado a maioria da população, começando pelo lado mais fraco. No entanto, esta crise foi vista por muitos como um convite urgente para fazer uma grande transformação, mesmo uma revolução não-violenta para identificar iniciativas e esforços que têm sido feitos nos últimos anos. Nesta perspectiva, examina-se a reconstrução a partir do alto, com o movimento de justiça global e, ao mesmo tempo partindo de baixo com a miríade de experiências e iniciativas enraizadas no território e foco na solidariedade.

### **A anti-globalização**

Em muitos aspectos, a globalização representa tanto o pior, como o melhor. O pior favoreceu a dominação da manutenção financeira na economia e na a sociedade, as desigualdades crescentes entre os mais pobres e mais ricos, a transferência de parte da produção dos países desenvolvidos e crescimento dos países em desenvolvimento, desembocando na relativa incapacidade dos Estados Nacionais. Pela visão melhor, também causou novas formas de cooperação internacional, uma consciência mais clara de unidade de toda a humanidade e um destino comum neste planeta, o surgimento de novos atores e novos espaços para o debate público. Temas como a degradação da biosfera, a gestão de certos bens globais e a adoção de normas mais rigorosas em relação às relações de trabalho e direitos humanos devem ser pensados a nível mundial.

Nesta perspectiva, a promoção da desglobalização a partir da globalização instaurada, reterritorialização de certas atividades econômicas e a remundialização da globalização baseada numa solidariedade estendida à humanidade, orientada pelo comércio justo entre países do Norte e do Sul, seria o caminho mais sensato. Mesmo que

as forças dominantes da globalização ainda sejam as grandes empresas capitalistas e os organismos internacionais, como o Banco Mundial e o FMI, o movimento de justiça global representa um contrapeso e uma força motriz.

O movimento anti-globalização, iniciado pelos movimentos Terceiro Mundo, é exibido a partir da década de 1990 quando da presença destes em grandes conferências das Nações Unidas, começando pela Rio 92, onde mostravam sua oposição às principais instituições internacionais. Continuaram os manifestos na reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC) em Seattle, em 1999. Mais tarde, são protagonistas dos Fóruns Sociais, que começaram em 2001, em Porto Alegre, pensando, influenciando e agindo conforme a anti-globalização expandindo e avançando tópicos que incluem o ambiente de democratização, organismos internacionais, a luta contra a desigualdade e amplamente outro modelo de economia.

Depois de mais de uma década de debates e trocas de experiências, os fóruns sociais não se mostram um movimento social, como geralmente são entendidos, mas uma junção de vários movimentos sociais novos e antigos compostos de grupos ambientais, grupos de mulheres, grupos de jovens, organizações da economia solidária, mas também sindicatos, organizações cooperativas e associações.

O que tem faltado provavelmente até o momento é uma visão geral da nova empresa formada no "outro mundo possível" (Touraine, 1994). A este respeito, o tema é suficientemente amplo para permitir grandes debates propondo uma visão alternativa da economia e do desenvolvimento. A justiça global está entre estes debates, seguidos pelos debates entre crescimento e não crescimento, anti-capitalismo e reforma do capitalismo, e para alguns mais radicais, sobre a revolução social, econômica, financeira e política. Não se está querendo retomar estas discussões, mas mencionar que ações coletivas podem ser um modelo de desenvolvimento social e que se preocupa com as prioridades das pessoas e forma uma nova economia considerando a integridade da vida como indispensável.

A combinação da economia social e ambiental implica uma ampliação e um aprofundamento da democracia. Se esta transformação importante pode ser realizada no âmbito do atual capitalismo, é duvidoso. Enfim, como escreve o economista e ambientalista Lipietz (2009), "não se deve esperar que tendo vencido o capitalismo, ter-se-á salvo planeta", e acrescenta que, nesta perspectiva, "a redução das desigualdades é absolutamente fundamental para o acesso a meios de vida sustentáveis e desejáveis".

Como se percebe, a ideia é construir um modelo alternativo de desenvolvimento para quem procura uma alternativa à globalização neoliberal.

Finalmente, outra economia não implica imaginário, mas uma nova compreensão da relação entre a economia, sociedade e a natureza. Assim, serão necessárias mais pesquisas e reflexão para compreender se as organizações não-governamentais e outros agrupamentos internacionais contribuem efetivamente para o desenvolvimento dos países periféricos através de suas práticas e realizações, ou se trata de mais uma manobra dos países do Norte sobre as riquezas dos “outros”.

### **Exemplo da economia social e solidária**

Por ocasião de reflexão sobre a atual crise, Stiglitz (2009) afirma que não se presta a devida atenção para essa economia alternativa, conhecida principalmente por economia social, ou economia solidária. Estas empresas operam, por vezes, no mercado, mas não contam com a denominada auto-regulação dos mercados, nem busca irracionalmente o seu desempenho máximo.

Nas empresas sociais, a direção primeiramente se preocupa com o propósito dos seus membros, enquanto a viabilidade econômica é necessária como um meio. Antes da crise financeira, a maioria destas empresas havia mostrado grande resistência ao sistema econômico vigente, ao contrário das demais que haviam imitado as empresas capitalistas. O economista norte-americano acrescentou que o que funcionou melhor nos Estados Unidos, foi este tipo de negócio cooperativado e organizações sem fins lucrativos em áreas como habitação, cultura, educação e social. Como resultado, ele concluiu que se deve prestar mais atenção a esta outra economia, e se se quiser evitar a repetição de crises como a que continua nos afetando, deve haver "economia mais equilibrada, um sistema de economia plural com vários pilares" (STIGLITZ, 2009).

Assim, a economia social através de seus vários segmentos como cooperativas, associações e fundações foram mais bem sucedidas na ligação entre a economia e sociedade, além de integrar as consequências econômicas e sociais (externalidades positivas e negativas), principalmente por causa dos governos democráticos, da propriedade e valores coletivos.

Além disso, regras diferentes de acordo com os estatutos fornecem algumas práticas de conformidade em relação a esses valores. Isto é o que está faltando às

empresas mais capitalistas que voluntariamente escolhem se envolver em um processo de responsabilidade social que é, de certa forma uma versão micro do desenvolvimento sustentável. Embora a responsabilidade social envolva a participação dos interessados na operação da tríplice responsabilidade (econômica, social e ambiental), nenhuma lei obriga a tal operação, com exceção de algumas empresas públicas em certos países.

A responsabilidade social das empresas vem se confirmando como uma tendência pós-globalização, entre pequenas e grandes empresas. Ao mercado foi delegada total liberdade de ação, reservando ao Estado apenas a função reguladora. Tal autonomia, sem regras e definição de compromissos, vem resultando no aumento das desigualdades sociais, expondo milhares de pessoas a condições socioeconômicas muito desfavoráveis.

Diante dessas contradições, está-se descobrindo o valor das parcerias entre poder público, iniciativa privada e sociedade civil. Para se alavancar uma sociedade mais justa, todos têm a sua parcela a cumprir, em especial o setor privado.

Nos últimos anos, mais e mais empresas dentro da economia social reafirmaram seus valores, sua responsabilidade social, mas há uma lacuna para incluir o meio ambiente em sua prestação de contas e, especialmente, para envolver não só os seus membros, mas também outras partes interessadas. Cooperativas devem "contribuir para o desenvolvimento sustentável de suas comunidades através de políticas aprovadas por seus membros".

Quanto às relações com a terra, as iniciativas no âmbito da economia social e solidária se espalharam, na maioria das vezes, a partir do conhecimento sobre as culturas locais combinados através de redes de intercooperação. Nesta perspectiva, a economia da história social (bem como a nova economia social) não é um aglomerado de empresas sem relacionamento, mas um movimento incluindo agrupamentos setoriais e regionais de acordo com diferentes escalas. Em alguns casos, estes agrupamentos foram construídos sob pilares principalmente socialista e cristão, cumprindo os princípios da ação cooperativa, associativa, industrial e política, mostraram que um projeto econômico pode ser diferente quando orientado para o interesse coletivo. De uma perspectiva histórica, as inovações sociais dentro da economia social e solidária cresceram em *clusters*, principalmente durante as grandes crises, fazendo uma transição menos dolorosa (inovações para correção de desvios) e contribuindo para as transformações necessárias para superar a crise (inovações transformadoras).

As cooperativas estão cada vez mais se definindo como um setor, abandonando a ideia de ser a grande transformação da economia. Para alguns pesquisadores, a redescoberta da economia social no último trimestre do século XX é, em alguns aspectos, a busca de um projeto maior do que a reprodução de um único setor. Se o movimento, agrupando vários componentes foi lançado pela economia social, nomeadamente na França e na Espanha, novos grupos de inovação, nas últimas três décadas do século XX, resultaram numa nova economia social também chamada de economia solidária. Isto se manifestou em outros pela multiplicação de associações, incluindo na área econômica. Um estudo recente realizado por Lester Salamon, palestrante da Conferência Pare e Pense de 2012, mostra que se o trabalho voluntário realizado pelo mundo estivesse concentrado dentro do mesmo país, o Volunteerland como ele chamou este país fictício, estaria na segunda colocação em número de trabalhadores, vindo imediatamente após a China e com um PIB de 1.349.000 milhões de dólares estaria no sétimo lugar do mundo (Salamon et al, 2011). Essa visão economicista não pode ser reduzida apenas à economia de mercado, é preciso reconhecer que as iniciativas da sociedade civil possuem um peso econômico cada vez mais importante.

Além disso, para vislumbrar o sentido e o alcance dos vários ciclos de inovações sociais, é necessário considerar a sua relação com as crises e circunstâncias que levaram ao seu surgimento. Entretanto, tanto mais necessário que a crise atual é, em parte, o resultado de crises passadas não resolvidas. Daí a relevância para a renovação do modelo de desenvolvimento de alguns *clusters* de inovações que surgiram nas últimas décadas.

Assim, o ciclo de inovações da década de 1960, em parte, responde à crise de valores, incluindo a crise do trabalho e do questionamento da produção e do consumo de massa, ou fordismo. Nesta perspectiva, as inovações sociais vão apelar para o ego e para a democratização das relações de trabalho e consumo, revelando aspirações para viver e trabalhar de forma diferente. Estas aspirações são movidas por novos movimentos sociais cada vez mais diversificados (movimentos virtuais, culturais, estudantes, feministas, de paz, ecológico, anti-nuclear, etc.).

Estas experiências, que foram enunciadas no voluntarismo e cooperativismo para uma sociedade alternativa, não conseguiram sustentar a maioria dos desafios do mercado. Alguns deles são mantidos a partir de uma visão alternativa da sociedade e não como alternativa econômica. Alguns dos valores pós-materiais como independência, criatividade, qualidade de vida, desenvolvimento individual, menor desigualdade, ainda são relevantes,

especialmente porque são mudanças esperadas, devido à crise de meados dos anos 1970, que impôs nova emergência da sociedade civil.

A crise dos anos 1980 e 90 foi uma crise de emprego, além da crise do Estado do Bem-Estar, cada vez mais incapaz de satisfazer novas demandas sociais por razões financeiras. Experimentos e iniciativas que surgiram quando se buscou responder necessidades reais do pragmatismo e da promoção do empreendedorismo. “A essência do empreendedor, diz Hespanha (2009, p. 248), consiste em transformar ideias inovadoras em ações lucrativas”. A inovação corresponde ao papel específico do empreendedorismo, surgido num negócio convencional, em uma instituição pública, em uma nova empresa ou em qualquer lugar (Ferrarini e Gaiger, 2010). Mas também é levada pelas aspirações de democracia participativa onde existe um compromisso do Estado para com os cidadãos fornecendo financiamento e reconhecimento em termos de utilidade social. Entre as atividades mais importantes estão os serviços de proximidade, integração e formação, desenvolvimento local além de finanças solidárias com recursos de microfinanças dedicadas à economia social e solidária. É também durante estas duas décadas que a economia social é reconhecida em vários países. Este ciclo foi atingindo a maturidade e uma certa continuidade e irreversibilidade.

Desde 2000 e, especialmente a partir da crise atual, o surgimento do caminho do novo ciclo tem dois componentes principais: um primeiro que responde a emergências e um componente que atenda provavelmente necessidades, mas ao mesmo tempo tentando se inscrever em outro modelo de desenvolvimento. Como resposta de emergência, observa-se iniciativas para atender às necessidades básicas não satisfeitas (alimentação, moradia, dívidas, entre outros). Para a transição para uma transformação do modelo de desenvolvimento, observa-se a produção de serviços baseada na cultura de proximidade e de lazer, serviços relacionados aos direitos sociais (saúde, educação, mobilidade, justiça, etc.), produção de artesanato, locais públicos coletivos, com base em habilidades e conhecimentos, apoios coletivos naturais (água e ar) ou criados pelo homem (patrimônio, cultura), energia renovável e de qualidade crescimento mais generalizado e baixo consumo de energia, inclusive de fontes renováveis.

Este novo ciclo de inovação social vai além da economia social e solidária, uma vez que está presente em pequenas e microempresas e grandes corporações, que estão envolvidas em responsabilidade social. Finalmente, ciclos anteriores de inovação social que atingiram a sua maturidade não desapareceram, mas devem ser capazes de levar em

conta, além do reposicionamento estratégico de sua trajetória, também o meio ambiente com seus problemas e desafios atuais.

Em suma, a crise atual leva a uma separação da economia e da sociedade, entretanto as ligações entre a economia e a sociedade têm sido levantadas a partir da democratização da economia, uma área onde a economia social era muito mais sistemática do que todas as outras formas organizacionais. Se estas iniciativas mais recentes, bem como as mais antigas envolvidas na reconstrução da economia a partir do fundo e uma âncora na área, eles também parecem mais consistentes com um modelo de desenvolvimento que enfrentam unidos a alguns os desafios colocados pelas crises.

### **Considerações Finais**

Um paradigma social, que renova os dois grandes problemas e as soluções para eles, são construídos em escala de movimentos sociais e de interação mais ampla da sociedade civil com o Estado. Neste contexto, a atenção neste texto focou-se no movimento de justiça global, que é uma espécie de contrapeso para o discurso dominante sobre a globalização e a economia social e solidária que teve uma renovação significativa por três décadas. Além disso, abordou-se o crowdfunding como um modelo diferenciado que algumas pessoas utilizam para captar capital financeiro através de seu capital social, uma inovação que tomou forma nos últimos anos na Europa e que chegou no Brasil, no ano de 2011.

Do ponto de vista de sua importância econômica e política, esses dois conjuntos de iniciativas da sociedade civil não são de peso em comparação daqueles que se têm ouvido de líderes políticos de todo o país e do mundo. Eles expressam desafios paradoxais de desenvolvimento muito mais agradáveis, ou seja, de globalizar e reterritorializar atividades econômicas e garantir o crescimento do desenvolvimento sustentável. No entanto, a grande transformação projetada requer nova solidariedade entre o Norte e o Sul e entre as gerações presentes e futuras. Isso também implica uma democratização da economia, repensar a relação da economia e a ordem social, para ser justo, o relatório da economia e do ambiente a ser viável, e no relatório do social e ambiental ser habitável. Em outras palavras, as respostas a esses desafios requerem a participação de todos os interessados, a fim de ter em conta as diversas gerações, bem como a solidariedade que vai do local ao global. Ele também requer políticas públicas que promovam a ligação entre o que está ficando para baixo e que está se levantando.

Finalmente, a crise atual se encaixa em uma abordagem muito diferente da maioria das grandes empresas que tentam por todos os meios burlar o governo, prejudicar o surgimento de movimentos sociais, porém começam a sugerir políticas para uma maior vigilância econômica da sociedade civil sobre as principais decisões econômicas. Se este posicionamento e os principais parâmetros identificados neste texto são insuficientes para preencher os programas dos partidos políticos, têm um primeiro vislumbre de outro modelo de desenvolvimento de enquadramento que é sustentável e que é plural orientado no interesse da economia coletiva. Deve, contudo, ser consciente de que mesmo as idéias mais generosas falham quando se quer mudar o mundo, a menos que os homens e mulheres, individual e coletivamente forneçam as ferramentas e façam acontecer. As conquistas modestas provocadas pelas tentativas hierárquicas (de cima e de baixo) parecem convergir timidamente para o caminho de outro desenvolvimento e outra economia, que é um motivo de esperança, porém pode contrariar a depressão que gera a crise atual.

Nesse sentido, o crowdfunding mostra que as transações financeiras não significam muita coisa no mundo das redes sociais online. Elas até trabalham antieticamente para ele. Transações financeiras são parte da economia de mercado, enquanto o capital social faz parte da “economia dos presentes” (HUNT, 2010), em que serviços são desempenhados sem a necessidade de pagamento direto. Na “economia dos presentes”, quanto mais se dá, mais capital social se ganha, o que é completamente o oposto da moeda na economia de mercado, na qual, quando se dá dinheiro, ele já era.

Portanto, o crowdfunding pode ser considerado uma inovação social conforme o conceito demonstrado anteriormente. Se as portas convencionais se fecham por conta das crises capitalistas, é hora de trabalhar com algo novo, é hora de renovar. O crowdfunding surge com essa ferramenta de inovação perfeita para projetos de cunho social e, mais recentemente, ambiental, pois ele dá poder para multidão conectada opinar, debater e investir em projetos em que acredita.

É uma maneira democrática e divertida de criar um produto, pois se descentraliza o poder de uma empresa, de um investidor ou de um grupo para milhares de pessoas, e assim projetos que dificilmente seriam financiados convencionalmente passam a receber investimentos. Além disso, é a inovação do consumo consciente; não se trata mais apenas de escolher qual produto se compra, mas escolher se um produto deve existir ou não.

## **Bibliografia**

CANETTI, Elias. **Massa e Poder**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

FERRARINI, Adriane V.; GAIGER, Luiz I. Quando micro não é sinônimo de pequeno: a vertente metautilitarista do empreendedorismo. **Revista Outra Economia**, 2010. Disponível em: <<http://www.riiess.org/outraeconomia>>.

HESPANHA, P. In: CATTANI, Antonia D.; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz I.; HESPANHA, Pedro (orgs.) **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

HOWE, Jeff. **O Poder das Multidões: Porque a força da coletividade está modelando o futuro dos negócios**. Tradução: Alessandra Mussi Araújo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

HULGARD, L. FERRARINI, A. V. Inovação Social: Rumo a uma mudança experimental na política pública? **Revista Ciências Sociais Unisinos**. 46 (2), 2010.

HUNT, Tara. **O Poder das Redes Sociais: como o fator Whuffie – seu valor no mundo digital – pode maximizar os resultados de seu negócio**. São Paulo: Editora Gente, 2010.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: 34, 1999.

LIPIETZ, A. **Le monde d'après**. **La Tribune.fr**. 3 AGO 2009. Disponível em: <<http://lipietz.net>>. Acesso em 15 dez 2012.

MACHADO, N. M. C. Karl Polanyi e o “Grande Debate” entre substantivistas e formalistas na antropologia econômica. **Revista Economia e Sociedade**. Campinas, v. 21, n.1 (44), p. 165-195, 2012.

MUHAMMAD YUNUS. Disponível em: <<http://www.muhammadyunus.org>>. Acesso em 22 fev 2012.

PUTNAM, R. O. **Bowling Alone**. New York: Simon & Schuster, 2001.

SALAMON, L. **Rethinking Corporate Social Engagement: Lesson From Latin America**. Kumarian Press, 2010.

STIGLITZ, J. **The global crisis, social protection and Jobs**. *International Labour Review*, Vol. 148 (2009). No. 1-2. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1564-913X.2009.00046.x/pdf>> . Acesso em 21 dez 2012.

TAPSCOTT, D.; WILLIAMS. **Wikinomics: como a colaboração em massa pode mudar o seu negócio.** Tradução de Marcello Lino. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

TOURAINÉ, A. **A Crítica da Modernidade.** Petrópolis: Vozes, 1994.

UGARTE, David de. **O Poder das Redes.** Tradução: Augusto de Franco. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2008.